

Calote reprovado por todos

Para participantes do seminário, calote da dívida interna desestabilizaria economia

MARIA APARECIDA DAMASCO

A condenação do calote da dívida interna foi unanimidade no debate entre 19 empresários, banqueiros e economistas, promovido ontem pela Associação dos Jornalistas de Economia do Estado de São Paulo (Ajoesp), com apoio do **Estado**. Durante quase cinco horas, os participantes da sessão da manhã do fórum "Os Presidenciais e a Dívida Interna" alertaram sobre o risco de quebras no setor financeiro e de uma desestabilização do quadro econômico global. "O calote levaria à moratória generalizada, corrida de saques às instituições financeiras, grande aumento de emissão de moeda e à hiperinflação", prevê o ex-presidente do Banco Central Carlos Brandão, hoje na diretoria do Banco Central.

O tamanho da dívida interna do Brasil não é assustador — se for medido, como de costume, pelo volume de títulos públicos em circulação no País. Essa dívida corresponde hoje a menos de um quarto do PIB, enquanto em outros países, como nos EUA e na Itália, atinge respectivamente 60% e 100% e não causa nenhum desastre. Descontando os papéis guardados na carteira do Banco Central, a participação cai para 17% a 18%. A dívida interna só engorda (42% do PIB) quando entram na conta todos os compromissos da União, Estados, Municípios e estatais. Junto com a dívida externa, vai a impressionantes 94% do PIB.

FRÁGIL EQUILÍBRIO

O grande drama é a forma de financiamento da dívida interna brasileira — em prazos cada vez mais curtos e a custos cada vez mais elevados. "O governo tem de subornar o público com juros altos para conseguir rolar seus débitos", compara Marcus Cintra Cavalcanti de Albuquerque,

que, diretor da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo.

É verdade que o setor privado tem hoje sobra de recursos e, com um horizonte nebuloso, mantém no mercado financeiro uma parcela bem maior do que seria aconselhável. Mas esse equilíbrio é frágil. A qualquer agravamento de tensões — bastante comum em períodos pré-eleitorais —, esse dinheiro pode migrar para outras aplicações.

Se não há perigo claro de uma moratória da dívida interna, no novo governo, não está afastada a hipótese de "pequenos calotes", a exemplo do que ocorreu nos últimos anos — sob a forma de expurgos, acidentalidades, mudanças de indexadores e outros artifícios. "O setor financeiro, que carrega a maior parte da dívida do setor público, é o mais vulnerável a uma virada na situação", adverte Ernesto Lozardo, da FGV.

Em relação à administração

da dívida interna, ninguém arriscou sugestões muito específicas. Sabe-se que tudo depende de um acerto político. "O governo não pode continuar rolando a dívida interna dessa forma, indefinidamente, pois não tem a menor liberdade de fazer política monetária", afirma o jornalista do **Estado** Rolf Kuntz.

O ex-presidente do Banco Central Fernando Milliet só vê uma saída: um ajuste fiscal de 8% a 10% do PIB. Ele esclarece que esse ajuste pode ser menos grave do que aparenta. Segundo seus cálculos, com a redução de despesas o governo conseguiria economizar algo como 3% do PIB. Um corte de subsídios contribuiria com 0,5% a 0,8%. E um programa de privatização bem feito, com muita sorte, resultaria em mais 1% a 2%. Os outros 3,5% a 4% seriam conseguidos, na receita de Milliet, principalmente com um combate mais duro à sonegação.



Milliet: saída é um ajuste fiscal de 8% a 10% do PIB